

INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO - IASES CONCURSO PÚBLICO № 001/2025 AGENTE SOCIOEDUCATIVO





Eu,	, portador(a) do NIS
nº	e da Carteira de Identidade/UF n°/
	, residente na, nº, Bairro, município de, becLARO, para efeito de concessão de
isenção de taxa de i aos requisitos e às	nscrição no certame descrito no cabeçalho deste documento, sob as penas da lei, que atendo condições estabelecidos no edital de abertura, que sou membro de família de baixa renda, adotadas pelo Decreto Federal nº 11.016/2022, transcritas a seguir:
	"Art. 5º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se:
	I - família - a unidade composta por um ou mais indivíduos que contribuam para o
	rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela unidade familiar e que sejam moradores em um mesmo domicílio;
	 II - família de baixa renda - família com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo;
	III - domicílio - local que serve de moradia à família;
	 IV - responsável pela unidade familiar - pessoa responsável por prestar as informações ao CadÚnico em nome da família, que pode ser:
	a) responsável familiar - indivíduo membro da família, morador do domicílio, com idade mínima de dezesseis anos e, preferencialmente, do sexo feminino; ou
	b) representante legal - indivíduo não membro da família e que não seja morador do
	domicílio, legalmente responsável por pessoas menores de dezesseis anos ou incapazes e responsável por prestar as informações ao CadÚnico, quando não houver morador
	caracterizado como responsável familiar;
	 V - grupos populacionais tradicionais e específicos - grupos, organizados ou não, identificados pelas características socioculturais, econômicas ou conjunturais particulares e que demandam estratégias diferenciadas de cadastramento no CadÚnico; VI - renda familiar mensal - soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, exceto:
	a) benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporária;
	b) valores oriundos de programas assistenciais de transferência de renda, com exceção do Benefício de Prestação Continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de1993; c) rendas de natureza eventual ou sazonal, na forma a ser estabelecida em ato do Ministro de Estado da Cidadania; e
	d) outros rendimentos, na forma a ser estabelecida em ato do Ministro de Estado da Cidadania; e
	 VII - renda familiar per capita - razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos da família.
	Parágrafo único. As famílias com renda familiar mensal per capita superior àquela prevista no inciso II do caput poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que:
	 I - a inclusão esteja vinculada à seleção de programas sociais implementados por quaisquer das esferas de Governo; e
	 II - o órgão ou a entidade executora do programa tenha firmado o termo de uso do CadÚnico, nos termos do disposto no art. 11."

Assinatura:

Local / Data:_____